

## SÍLVIO ELIA DE CORPO INTEIRO

### A – LINGÜÍSTICA, FILOLOGIA, CRÍTICA LITERÁRIA

#### O estágio atual da língua portuguesa no mundo

A exemplo do que se fez com o topônimo ROMANIA, irei chamar LUSITANIA o espaço geolingüístico ocupado pela língua portuguesa, na sua *unidade e variedades*. Esse será o espaço próprio da *lusofonia*; os seus usuários são os *lusofalantes*. Como “estágio atual da língua portuguesa no mundo”, considerarei a situação da Lusitania após a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial.

Nessa perspectiva, vejo quatro faces da Lusitania, que denominarei *Lusitânia antiga*, *Lusitânia nova*, *Lusitânia novíssima* e *Lusitânia perdida*.

A Lusitânia antiga compreende Portugal, Madeira e Açores.

A Lusitânia nova é o Brasil.

A Lusitânia novíssima abrange as cinco nações africanas conseqüentes ao processo da “descolonização”: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé-e-Príncipe.

Lusitânia perdida são as regiões da Ásia ou Oceania onde a língua portuguesa já não tem esperanças de sobrevivência.

Passemos agora à caracterização sociolingüística de cada uma dessas faces da Lusitânia.

Portugal continental é o berço da língua portuguesa. Aí foi que ela se formou, como um dos ramos mais viçosos do idioma latino. Goza, portanto, de um prestígio especial no domínio da lusofonia, fonte que é de todos os falares que lhe usam o gentílico. Trata-se do “prestígio da protovariante”, para usar de uma expressão do lingüista russo Stepanov e aplicada às comunidades hispanofalantes, trazida à baila pelo Prof. Celso Cunha, em seu opúsculo *Língua, Nação, Alienação* (p. 17).

Incluímos Madeira e Açores na Lusitânia antiga, em virtude de terem sido povoadas e colonizadas por gente portuguesa, pois se tratava de ilhas desérticas. Madeira e Açores são rebentos das navegações henriquinas: a Madeira foi achada em 1419 e os Açores, em 1427. Esse grupo de ilhas sempre

esteve muito unido ao Portugal metropolitano, política e culturalmente, e, mesmo hoje, após a descolonização, continua fielmente vinculado à *terra mater*. Podemos, pois, dizer que a Lusitânia antiga é o Portugal europeu.

Portanto traço sociolingüístico n.º 1 do português europeu: *língua-berço*. E acrescentemos algo muito importante como característica desse traço: o seu *exclusivismo*, pois é restrito ao português europeu.

O segundo traço sociolingüístico do português europeu é o seu caráter de *língua materna*. Com efeito, todos os cidadãos portugueses não ouvem em sua pátria, desde o dia do nascimento até o do final da jornada, senão as mesmas vozes que, de Camões a Fernando Pessoa, percorreram os ares da terra natal. Em Portugal existe mesmo sensível unidade da língua; os chamados dialetos, na verdade falares, pouco diferem entre si.

O terceiro traço a somar é o de *língua oficial*. O primeiro passo foi dado por el-rei D. Dinis, o fundador da Universidade portuguesa, com o nome de Estudos Gerais (1290), ao decretar que fosse a língua portuguesa adotada nos atos e documentos públicos. E é a única que o Estado português reconhece como válida em seus atos políticos e administrativos.

O português é também a língua *nacional* do povo lusitano. Quer isso dizer que é falada sem contrastes em toda a extensão do Portugal continental e insular, partes integrantes do português europeu. Não se encontram em Portugal línguas minoritárias de paridade de direitos em face do idioma maior.

Outro traço característico do português europeu é o seu caráter de *língua de cultura*. Língua de cultura, como o nome está a indicar, é aquela que dá acesso ao conhecimento intelectual, seja ele filosófico, científico ou literário. Isso, se entendermos por cultura o patrimônio de saberes que o Ocidente vem acumulando através dos tempos, desde o nascedouro greco-latino até os nossos dias, com passagem pelo Medievo judaico-cristão. Esse acúmulo de saberes só se tornou possível, graças a uma longa tradição escrita, onde se alinham papiros, pergaminhos, folhas de papel, páginas impressas. Por outras palavras, língua de cultura e tradição gráfica são frutos inconfundíveis. Cabe ainda salientar que é através do prisma cultural que as línguas se tornam adultas. Muito oportunas, portanto, estas reflexões do filólogo Antônio Houaiss:

Há barreiras metodológicas que não nos autorizam a admitir certas hipóteses. Dou um só exemplo: temos de aceitar – pelo menos por ora – a isonomia estrutural das línguas e sua heteronomia cultural, vale dizer, temos que admitir que virtualmente todas as línguas são capazes de exprimir o que quaisquer outras exprimem, mas, ao mesmo tempo, temos que admitir que algumas atingiram um estágio cultural qualitativa e quantitativamente mais apto a exprimir o que outras não exprimem ainda (ou, por acaso históricos,

não exprimirão jamais, pois desaparecerão antes). (*A crise de nossa língua de cultura*: 12-13)

Em conseqüência desse caráter cultural, as línguas de cultura tornam-se a *língua-padrão* de uma nação politicamente organizada. É a que se ensina nas escolas e se usa em todas as atividades da sociedade a que se pode aplicar o adjetivo “alto”: nas relações internacionais, nos textos jurídicos, nas academias e universidades, na grande imprensa escrita ou falada, no parlamento, nas obras didáticas e destinadas normalmente ao ensino e à difusão do saber, de modo geral. A ela recorrem todas as pessoas cultas de um determinado país, o que faz com que se sobreponham às variedades regionais e sociais. Para falar como o Prof. Coseriu: deve ser sintópica e sinstrática.

Portanto o português europeu, próprio da Lusitânia antiga, possui os seguintes traços sociolinguísticos: *língua-berço*, *língua materna*, *língua oficial*, *língua nacional*, *língua-padrão*, *língua de cultura*.

Passemos agora à Lusitânia nova, ou seja, ao Brasil. Veremos que todos esses traços, menos um, se aplicam também ao idioma pátrio. O traço que nos falta é obviamente o de *língua-berço*, pois não foi em plagas americanas que o português nasceu. Para aqui foi trazida, com o processo dito de colonização. Trata-se, portanto, de uma *língua transplantada*. Não era a terra descoberta *res nullius*, por isso que os seus “descobridores” a encontraram povoada de várias tribos indígenas. Entretanto não se poderá dizer que fosse o tupi a língua autóctone desta parte do Novo Mundo, como às vezes se pensa. Ao contrário, à época dos Descobrimentos, eram muito numerosos os falares indígenas brasileiros. O Prof. Júlio Cezar Melatti, em seu livro *Índios do Brasil*, apresenta uma classificação de línguas indígenas brasileiras, onde distingue as seguintes famílias (que, naturalmente, se subdividem em vários falares): tupi-guarani, mundurucu, juruna, ariquem, tupari, rارانana, monde, jê, maxacali, cariri, bororo, aruaque, arauá, caribe, macu, ianoama, tucano, catuquina, mura, pano, txapacura, nambiquara, guaicuru. Nenhuma delas pode aspirar ao título de língua brasileira por excelência. Houve, na verdade, durante o período colonial a constituição de uma *koiné* de base tupi com o nome de “língua geral”. Contudo, mesmo essa língua geral, esse tupi jesuítico, segundo expressão de Mattoso Camara Jr., se diversificou em nosso território. São palavras do mestre brasileiro:

Ao mesmo tempo, como “língua geral”, esse Tupi jesuítico se implantou no norte do Brasil, na zona do rio Negro, onde sofreu uma evolução; o que é fatal, porque, uma vez que uma língua franca se torna a língua nativa de uma comunidade, fica sujeita às contingências da língua como “fato histórico”. (*Introdução às línguas brasileiras*: 105)

Surgiram assim duas espécies de “língua geral”: ao Norte, no vale do Rio Negro, o *nheengatu*, mais corrompido ou evoluído, como prefere dizer M. Camara Jr.; ao Sul, o *abanheenga*, mais disciplinado gramaticalmente e que serviu de veículo escrito para uma literatura jesuítica de catequese.

Ao nível culto, foi a língua portuguesa que serviu de *koiné*, já vivida literariamente na pena de um Bento Teixeira em Pernambuco ou na pena e na boca de um Gregório de Matos na Bahia. Portanto, desde o século dos quinhentos, ia a língua portuguesa se convertendo de língua transplantada em língua implantada.

O segundo traço sociolingüístico do português no Brasil é o de ser *língua nacional*, isto é, língua de toda a nação. É realmente a única língua praticada em todo o território brasileiro, de Norte a Sul, de Leste a Oeste. As línguas indígenas, como vimos, não encontraram condições de sobrevivência. Acresce que as tribos indígenas sofreram triste processo de dizimação, que acarretou naturalmente o desaparecimento de numerosos falares autóctones. Marília Carvalho de Melo e Alvim, num dos capítulos da *História da Cultura Brasileira*, obra coletiva, assim escreve: “Na atualidade,... , falam-se, no Brasil, 120 a 150 línguas ameríndias, e esse número representa, possivelmente, a metade do total de línguas vivas por ocasião do descobrimento” (1, 40). Falam-se hoje apenas em bolsões isolados como terras demarcadas.

Também as línguas africanas foram sendo absorvidas progressivamente pela língua portuguesa, de padrão cultural superior. Ainda na época de Independência, falava-se o quimbundo nos mercados do Valongo e o jeje e nagô na Bahia, lembra Ovídio da Cunha (*Fundamentos da Lusobrasilidade*: 83). Na Bahia, o falar negro de maior difusão foi o nagô, que se expandiu juntamente com a religião que adotavam. Edson Carneiro, em *Ladinos e Crioulos*, diz o seguinte:

Como reflexo do estado social que haviam atingido na África e do conceito que deles se fazia no Brasil, os nagôs da Bahia logo se constituíram numa espécie de elite e não tiveram dificuldade em impor à massa escrava, já preparada para recebê-la, a sua religião, com que esta podia manter fidelidade à terra de origem, reinterpretando à sua maneira a religião católica oficial. (p.125)

Tornou-se assim o nagô uma espécie de “língua geral” dos negros da Bahia. Opina José Honório Rodrigues que “A diferença é que a língua geral indígena foi criada pelos jesuítas, e a língua geral negra foi por eles mesmos criada” (*História Viva*: 29). A respeito dessa afirmação, cremos caber duas ponderações: a primeira é a de que o termo “criada” é excessivo (“disciplinada”, “trabalhada”, “gramaticalizada” seria melhor); a segunda é a de que a língua geral indígena era, por assim dizer, mais geral que a língua geral africana.

Enquanto esta se restringia ao território baiano, a língua geral indígena espriava-se por larga porção do território brasileiro. Melhor seria, portanto, falar em duas *koinés*, uma afro-baiana e outra índio-brasílica. Ambas, porém, foram cada vez mais cedendo espaço à língua portuguesa, de padrão cultural superior, a única que assumiu historicamente o papel de língua nacional. Os falares indígenas recuaram para o interior do território, e das línguas africanas só temos alguns remanescentes, particularmente nos xangôs do Nordeste e nos tambores do Maranhão.

A imigração estrangeira trouxe para o Brasil contingentes humanos praticantes de outras fonias: italianos, alemães, poloneses, sírios, armênios, japoneses. Várias dessas línguas são portadoras de uma cultura de alto nível, como o italiano, o alemão, o japonês. A assimilação pelo português se afigurava assim mais difícil e, sem dúvida, por vezes se tem encontrado resistência. Mas o normal é que, com o passar das gerações, os descendentes desses troncos culturais se vão pouco a pouco integrando no meio social que os acolheu. A terceira geração já é praticamente de brasileiros natos e aculturados. Destarte pode-se dizer que é o português a *língua materna* de todo o nosso povo.

É também a nossa *língua-padrão*, aquela que aprendem os que desejam ascender à categoria de cultos e é a que está descrita em todas as nossas boas gramáticas, ou seja, aquelas que expõem as regras depreendidas da norma culta brasileira. *Língua-padrão, norma culta, língua de cultura* são traços que praticamente se identificam. Podemos, pois, enumerar assim os traços sociolinguísticos da Lusitânia nova: *língua transplantada, língua materna, língua oficial, língua nacional, língua-padrão, língua de cultura*.

Na Lusitânia novíssima, a situação é um pouco diferente. Nela o processo civilizatório caminhou com desigual velocidade. Em certos lugares, como Angola e Moçambique, principalmente Angola, foi mais rápido; em outros, como Guiné-Bissau e São Tomé-e-Príncipe foi mais lento. Cabo Verde ocupa uma posição intermediária.

Dos contatos do português com o falar nativo da ilha, desenvolveu-se em Cabo Verde um dialeto crioulo, que Baltasar Lopes da Silva julga ter sido a base do crioulo guineense. Em Angola e Moçambique predominam, a nível popular, os falares nativos. Contudo, em todas essas regiões, o português possui um caráter comum: é *língua transplantada*. A esse caráter se juntam outros dois: o de *língua oficial* e o de *língua de cultura*. Suprimimos os de *língua materna* e de *língua nacional*.

A língua materna é, em geral, a língua da tribo a que pertencem os seus integrantes. E porque essas tribos são numerosas, nenhuma delas pertence a toda a nação. Não se pode, pois, falar em língua nacional, nem para Angola,

nem para Moçambique, nem para Guiné-Bissau. Quanto ao português, foi declarado por essas novas repúblicas *língua oficial*. É, pois, a língua do Estado, em suas relações internas e externas. E, em virtude da dispersão dos falares nativos, tende a tornar-se também *língua veicular*, vale dizer, a língua que procura servir de denominador comum à intercomunicação entre os falantes nativos, pelo menos na sua parte mais escolarizada. Mais importante ainda é o seu papel como língua de cultura, que, principalmente na sua forma escrita, eleva o cidadão do curso primário à Universidade. Entrementes se vai forjando uma produção literária, que até já começa a impor-se, como a de Angola.

Temos assim os seguintes traços lingüísticos nos domínios da Lusitânia novíssima: *língua transplantada*, *língua oficial*, *língua de cultura*. Não lhe podemos, porém, pelo menos por enquanto e em proporção reduzida, lhe atribuir os caracteres de *língua materna* e de *língua nacional*. Mas pensamos que o destino da língua portuguesa nesses jovens Estados, com a sua constante e progressiva integração no mundo ocidental, sem perda dos atributos essenciais de sua identidade cultural, vai no sentido de uma crescente expansão e consolidação.

Voltemo-nos agora para a Lusitânia perdida.

Em Goa, o português sempre gozou do *status* de língua culta. Leite de Vasconcelos, por exemplo, em sua *Esquise*, fala em *português de Goa*, mas classifica os falares de Damão e Dio como dialetos crioulos. A partir de 1961, quando esses enclaves lusitanos foram incorporados *manu militari* ao Estado da Índia, os falares de base portuguesa entraram num processo de deperecimento. Nesses enclaves, diz-nos a Prof. Graciete Nogueira Batalha, o português já não pode competir nem com a universalidade do inglês, nem com a vivência dos falares locais. As novas gerações já desconhecem o português; por enquanto ainda é a língua dos pais... ou dos avós.

Quanto a Macau, após quatro séculos de ocupação portuguesa, será entregue à administração chinesa. Aí, dia a dia mais se impõe o cantonês; o macaísta está com os seus dias contados.

Penso que, ao término desta modesta exposição, cabem algumas reflexões sobre o futuro da língua portuguesa. Futuro que já se delinea nas condições ditadas pelos acontecimentos sociais e políticos do presente.

No que diz respeito ao destino das línguas no mundo atual, cumpre pôr em destaque a importância do fator tecnológico. Os poderosos meios de comunicação de massa levam instantaneamente a qualquer parte do globo o som e a imagem daqueles que dispõem desses poderosos veículos de transmissão em ondas hertzianas. Ninguém ignora, por exemplo, o imenso poder de penetração da língua inglesa na fatia ocidental do planeta. Está no vídeo, nas telas, nas

lojas, nos aeroportos, na linguagem técnica e científica, até nas camisetas que jovens e não-jovens ostentam pelas ruas. Pense-se que mesmo a *doublage* pode vir a ser suprimida, com vagar embora, nos filmes exibidos no cinemas ou projetados em televisores. Há, no momento, um transbordamento idiomático que ameaça as línguas que não disponham de recursos para enfrentar o embate. Há, pois, que empreender um novo movimento “em defesa da língua”. E somente as línguas que possuem um suporte humano e cultural bastante se acham aptas para entrar na competição. O português está nesse caso, pois é uma das seis línguas de cultura mais faladas no mundo, ao lado do inglês, do russo, do chinês, do árabe, do espanhol.

Em nosso mundo ocidental, as línguas já passaram por três estágios típicos, que podemos exemplificar excelentemente com o latim. A língua do Lácio foi *imperial* com os romanos, *cultural* (sob a forma de baixo latim) na Idade Média, e *nacional*, na feição neolatina, nos tempos modernos. Hoje, porém, quando o conceito de soberania se vai cada vez mais relativizando, as línguas também ultrapassam as fronteiras nacionais e se vão convertendo em *transnacionais*. Ora, essa transacionalidade se casa perfeitamente com a língua portuguesa. Se nos unirmos ao velho tronco lusitano e às verdes ramificações africanas, seremos cento e cinquenta milhões de lusofalantes a fazer vibrar nos ares as páginas mudas de um Luís de Camões, um Antônio Vieira, um Machado de Assis e tantos outros imortalizaram nos textos impressos. A Galáxia de Gutenberg não chegou ao fim, mas tem de conviver cada vez mais com a oralidade. Se soubermos impor-nos ao fascínio de Orfeu com a mesma galhardia com que vencemos o desafio da “arte da imprimeção”, é certo que não capitularemos. Para isto fomos convocados.

(BH, 13/08/1987)

#### Autores citados:

- BATALHA, Graciete Nogueira (1982). *Língua e cultura portuguesa em Goa. Estado actual*. Edição dos Serviços de Educação e Cultura de Macau.
- CAMARA Jr., Joaquim Mattoso (1979). *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico.
- CARNEIRO, Edson (1964). *Ladinos e Crioulos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CUNHA, Celso (1981). *Língua, Nação, Alienação*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- CUNHA, Ovídio da (1987). *Fundamentos da Luso-Brasildade*. Edição particular.
- HOUAISS, Antônio (1983). *A crise de nossa língua de cultura*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- MELATTI, Júlio Cezar (1983). *Índios do Brasil*, 4.<sup>a</sup> ed. São Paulo, Hucitec.
- MELO E ALVIM, Marília Carvalho de (1973). *História da cultura brasileira* 1. MEC/CFC/FENAME.
- RODRIGUES, José Honório (1985). *História Viva*. São Paulo, Global Universitária.
- SILVA, Baltasar Lopes da (1957). *O dialecto crioulo de Cabo Verde*. Lisboa, Imprensa Nacional.

VASCONCELLOS, J. Leite de (1970). *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, 2.<sup>a</sup> ed. Com adiantamentos e correções do Autor, preparada com base no exemplar conservado no Museu Etnológico “Dr. Leite de Vasconcellos”, por Maria Adelaide Valle Cintra. Lisboa, Centro de Estudos Filológicos (a 1.<sup>a</sup> ed. é de 1901).

\*

## Um Modernista

Difícilmente se apagará da memória de quantos tiveram a felicidade de assistir às magníficas provas de concurso prestadas por Alceu Amoroso Lima a elevação dos debates, a correção da banca examinadora e a singular capacidade e competência do candidato. O concurso, formalidade para a efetivação de um professor interino, que já era mestre incontroverso muito antes de ser candidato, transformou-se naquilo que o bom senso reclamava: uma consagração da maior figura literária do Brasil contemporâneo. Uma consagração e uma reparação, porquanto esta não foi a primeira ocasião que o ilustre autor dos “Estudos” bateu às portas da Universidade do Brasil. Das outras vezes, o ambiente intelectual acha-se intoxicado de paixões sectárias, e o caráter de extrema lealdade que Amoroso Lima empresta aos seus trabalhos encontrou obstinado empeco na rasa mediocridade de seus frágeis oponentes. Agora, porém, comparecendo perante juizes de horizontes mais amplos, houve um esplêndido triunfo, não diremos apenas seu, mas da própria cultura nacional. E cremos até que a defesa da tese da tarde de sábado iniciou nova feição em provas dessa natureza. Em vez da clássica preocupação de invalidar o estudo do candidato, tivemos oportunidade de presenciar uma espécie de “mesa redonda”, em que juizes e candidato, numa atmosfera de superior cordialidade, procuravam alternadamente fixar idéias a respeito de altíssimos problemas de estética e crítica literária. Enquanto ouvia, com raro prazer, o desenvolvimento dos debates, ia-se-me formando no espírito a convicção de que o movimento modernista ganhara mais um recinto. Realmente ninguém desconhece os vínculos que prendem Amoroso Lima ao discutido movimento. E, sem dúvida alguma, a expressão “crítico do modernismo” qualifica muito bem, dentro das nossas perspectivas literárias, a obra do intelectual Tristão de Ataíde. Podemos, pois, afirmar tranquilamente que o candidato de 1947 não desmentiu de modo algum o moço entusiasta que em 1922 desafiou o prestígio de Coelho Neto erguendo nos ombros aquele incorrigível agitador literário que foi o inquieto Graça Aranha.

A tese que apresentou, por exemplo, “O Crítico Literário”, pouco se assemelha ao que a tradição assim tem considerado: de começo proposições para debate, as teses de concurso se foram convertendo em demonstrações de força, em que o candidato procurava concentrar nalgum tema predileto as suas